



Assembleia Municipal

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2009

Acta n.º 31

Ao trigésimo dia do mês de Abril do ano de dois mil e nove, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:40 horas, na Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho, por convocatória de catorze de Abril e Aditamento de vinte e quatro de Abril, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO PRIMEIRO: Aprovação da acta da sessão de 05/11/2008; -----

PONTO SEGUNDO: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do Art.53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO TERCEIRO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal do Inventário do Património respeitante ao ano de 2008, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

PONTO QUARTO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal dos documentos de Prestação de Contas do Município de 2008, incluindo a proposta de aplicação de resultados, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

PONTO QUINTO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do projecto de Regulamento para Atribuição de Subsídios de Arrendamento, nos termos da alínea a) do n.º2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

ADITAMENTO: -----

PONTO SEXTO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 2ª revisão do Orçamento para o ano 2009, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO SETIMO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, a autorização para a aquisição gratuita, a favor do Município, da fracção autónoma designada pela letra "M" (loja 12), do prédio urbano sito na Avenida 25 de Abril, freguesia e concelho de Albufeira, nos termos da alínea i) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º 5ª/2002, de 11 de Janeiro; -----

PONTO OITAVO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização para a Câmara Municipal associar-se, como associado fundador, à Associação ICCE - Internacional Center For Coastal Ecohydrology (Associação Centro

de Ecohidrologia Costeira), nos termos da alínea m) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

A Segundo-Secretário faz a chamada: -----

PRESENCAS: -----

Feita a chamada constatou-se estarem presentes os seguintes membros da Assembleia Municipal: Carlos Eduardo da Silva e Sousa, Vítor José Cabrita Neto, Francisco João Magalhães Calhau, Maria Perpétua das Neves Silva Felgueiras Ramos, Fernando Vieira Vitória Cabrita, José Manuel Bota Sequeira, João Alexandre Sequeira Jorge Silva, Ana Cristina Barreto da Assunção Patrício, Miguel Alexandre Correia Mesquita (21:45h), Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Francelina da Luz Rodrigues Lourenço, Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo, Manuel José Guerreiro Gonçalves, Fernando Cabrita Neves, Francisco José Pereira Oliveira, Vítor José Correia Maria Vieira, Sílvia Duarte Correia da Rosa, Euridice Eugénia Mendes Vieira, Maria Eugénia Xufre Baptista, Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífar, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, os Presidentes das Juntas de Freguesia, de Albufeira, Hélder Manuel Rodrigues Sousa, de Ferreiras, Fernando Manuel de Sousa Gregório, da Guia, José Cabrita, de Olhos d'Água, Berto José Rita Palma e de Paderne, Francisco Manuel Fernandes Guerreiro. -----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara, dos Vereadores em regime de permanência, José Rolo, António Gonçalves, Marlene Silva e Carlos Quintino, e em regime de não permanência, os Vereadores Fernando Anastácio (21:50h) e Mário Alves.

FALTAS: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas, Carlos Duarte Vieira Gabriel e Pedro Manuel Trovão Ferro. -----

SUBSTITUIÇÕES: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros, Paulo Freitas, Carlos Gabriel, José Manuel Guerreiro Vila Nova (membro suplente), Ana Luísa Sousa Simões (membro suplente) e Pedro Ferro, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista, os membros, Maria Perpétua das Neves Silva Felgueiras Ramos, João Alexandre Sequeira Jorge Silva e Euridice Eugénia Mendes Vieira. -----

Havendo quórum (**vinte e seis presenças**), o Presidente da Assembleia inicia a sessão com o período de destinado ao público. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Carlos Martins - Em relação a este caso das Ameijoafas, há alguém do Ambiente que possa responder a isso. É a estação de tratamento que vai ser vertida para a ribeira. Há pessoas a viverem da ribeira em relação a furos e poços. A outra situação prende-se com a Quinta da Belota, onde há água parada e penso que vai para dentro do poço, em princípio penso que entra na veia de água. Há uma Estação de Tratamento também, dentro de um poço junto à CEPSA, nas Ferreiras. Essa também, são águas que entram nas veias de água. Sobre a obra que está a ser feita no ribeiro perto do Centro de Saúde, eu gostaria de saber quem é o "artista" que mandou embargar a obra. Porque aquela obra se não estiver saída de água cria mosquito. Da minha parte, eu inscrevi-me aqui na Câmara mas por não ter a quarta classe não me deram trabalho. Pedi também, para me deixarem colocar uma banca na Baixa ou uma coisa qualquer e também não me

deixam. Em relação à carta de motorizada, pedi uma segunda via, não me dão, pedem-me que vá à Direcção Geral de Viação, ou seja, quem emite actualmente. Pedi para me tirarem uma cópia para levar para a DGV, não tiraram. Da minha parte, é o que tenho a dizer. -----

Carlos Ventura - Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Deputados que estão aqui na sala. Eu, quando era pequeno, tinha a tendência de ser palhaço e gosto de fazer rir. O facto de vir aqui e falar desta situação, a minha situação, talvez seja resolvida de uma vez por todas. Uma vez, na sala de espectáculos da Câmara, disseram-me que eu nunca fiz nada pelo meu país. Eu penso que ser emigrante já é fazer algo pelo país. Hoje, talvez tenha uma certa dificuldade de me preencher na minha própria situação que é a situação de tentar esclarecer. Eu procuro ao Sr. Presidente se, por acaso, foi feito estudos pela escassez do peixe na costa, se foram feitas análises às águas que consumimos e à água do oceano. O peixe que os pescadores apanham actualmente, têm cancro. Não se pode brincar! Comigo brincaram, fizeram o que fizeram. Talvez haja pessoas que estejam aqui que ainda não tenham ouvido. Roubaram-me terreno, de um lado e de outro, fizeram quilómetros de lancil e no meu sítio que era cinquenta e tal metros, não fizeram. Eu não pedi para fazer lancil. As filas de casas e um restaurante, foi um vereador que construiu. Talvez tenha alguma dificuldade em me pronunciar. Eu penso que o Sr. Presidente Desidério criou um culto da nossa sociedade de Albufeira. O Sr. Presidente está em todas as situações. Eu como cidadão tenho o dever de me pronunciar nesta situação. Temos de respeitar o nosso povo. Eu estou aqui por mim e pelos outros. Eu pergunto, Srs. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Da Mesa e Srs. Deputados: quantas pessoas vêm aqui para falarem nas situações? Eu já há algum tempo que venho cá, porque anteriormente não sabia. Eu penso que há um desleixo, uma pendência, as pessoas apanharam medo, não é só aqui em Albufeira, é no país. Quando se vai para a Guia, vê-se lá um Parque, evidentemente o Parque é possível quando os turistas vêm mas, eu pergunto, onde estão as crianças para virem a esse Parque? Eu pergunto se, Albufeira tem Parques? Eu pergunto se Albufeira tem um jardim? Meus Srs. Deputados, vocês que fazem política, onde é que está o jardim? É meia dúzia de árvores que está aqui. Eu tenho vontade de chorar, porque o que me fizeram não se faz. Eu estive na França vinte e sete anos, a pior asneira foi ter vindo para aqui. Estive na França para arranjar divisas, estive aqui em Albufeira para arranjar dividas, e hoje estou a ganhar da minha própria reforma. Eu penso que os políticos aqui de Albufeira, da terra que eu pertença, deveriam debater-se, porque é inadmissível no país que nós temos receber duzentos euros duzentos, trezentos euros de reforma, nem conseguem ter dinheiro para comer. O Sr. Presidente já fez uma análise das pessoas que não têm de comer? Pois faça Sr. Presidente. Eu não tenho nada contra o Senhor, nem contra ninguém, simplesmente o que me fizeram, não se faz. Deram cabo do meu país. Junto à Praça de Touro há um terreno, era zona verde, eu exijo um inquérito. Lá na minha zona há um terreno que em principio foi o Sr. Presidente do Benfica que comprou o terreno considerado zona verde. Quais são os preços? Andamos a brincar!? Eu não me importo se me quiserem pôr em Tribunal, por já chega, para mim. Estou á espera que a minha situação seja resolvida. O Polis, a situação é dramática. O passeio marginal que foi

feito com o sacrifício das pessoas de Albufeira durante muitos anos, acabaram por estraga-lo. O muro do Hotel Sol e Mar á Rua Nova, onde eu nasci, era uma janela voltada para o mar, fizeram para benefício de um restaurante. Pergunto: quem foi à minha porta ver o que me fizeram? Ninguém, salvo o Sr. Presidente quando era Vereador, e disse que não podia fazer nada. Brinca-se com as pessoas? Eu já disse as situações que me fizeram, se querem rir, podem rir-se á vontade, mas comigo não brincam. As pessoas querem pôr as crianças nas creches, têm dificuldade. As casas de repouso para as pessoas adultas, há dificuldade. Agora há a gripe do México, também houve a situação das vacas loucas, eu pergunto: alguém analisou? Eu como cidadão penso um bocado universal. Eu digo e já referi ao Senhor, há papéis que são perdidos daqui e eu pergunto, porquê que os papéis se perdem? Eu entreguei na própria mesa, o Senhor perguntou-me como é que era e entreguei os papéis porque estava no alinhamento do caminho. Eu estava na França, Sr. Presidente, estava a ganhar dinheiro. O Sr. Presidente, num jornal, falou da agricultura, tem razão e eu pergunto: o que é que é feito da agricultura, será que nós não temos o bom senso de analisarmos uma situação que é nossa? Estamos num trabalho e não pensamos nos outros. Não, Sr. Presidente, a sopa quando vem é para todos. Para terminar Sr. Presidente, agradeço imensamente, mas como nunca me deram resposta, vou-me embora. Boa noite. -----

Presidente da Câmara - Boa noite. Eu não consigo responder ao Carlos Ventura, não deixa, diz logo que não vai haver resposta e sai da sala. Tinha algumas coisas para lhe responder mas não vale a pena, para já era responder-lhe pela décima quinta vez, no mínimo. Não vale a pena dar resposta quando o principal interessado a ouvir é ele. Em relação às questões que o Carlos Martins referenciou, sobre as questões das Ameijoafas, da quinta de Belota, da CEPISA. São três questões que o Vereador Quintino vai tomar nota e verificar. Sobre a questão da obra do Centro de Saúde, ela realmente está embargada ainda, eu peso que hoje, esta noite, chegará o documento que virá abrir já algum caminho para se resolver aquele problema. Quem embargou foi a RH, que é a entidade que tem essa responsabilidade das linhas de água. Sobre a questão do trabalho, da quarta classe, está definido na Lei. A questão da cópia, digo que normalmente a postura não é essa, não sei como é que foi tratado, mas não é normal, nós tiramos qualquer fotocópia e disponibilizamos sempre. Sobre isso não vejo nenhuma justificação, deveria ter sido tirada a fotocópia porque é o mínimo que se pode fazer. A questão da banca: é que nos últimos anos não se tem entregue bancas nenhuma, deve ter sido a resposta que o Vereador lhe deu. Esse processo não passou por mim, mas deve ter sido essa a resposta. -----

Carlos Martins - Se for por causa das lojas, em Albufeira só existem cinco lojas. É como um caso que houve das obras do Polis junto à Samora Barros, na Galeria. Há lá uma loja, essa loja está cá fora, lá dentro é um armazém, as pessoas tinham meio metro para passarem. Só há quatro ou cinco lojas aqui em Albufeira, o resto é o que se vê. -----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia passa a palavra ao Primeiro-Secretário para a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA, onde se faz referencia a uma informação do Sr. Presidente da Câmara de Albufeira, apresentada em reunião de Câmara de 31 de Março, relativo à

intenção da EDP de encerrar a loja de Albufeira: *"Informo a Ex.ma Câmara que no passado dia 26-03-2009 recebi no meu Gabinete o Sr. Eng. Carlos Lobato em representação da EDP que me informou que era intenção da EDP encerrar a loja de Albufeira no prazo máximo de mais ou menos duas semanas. Estes serviços iriam ser canalizados para Faro para a Loja do Cidadão e, em Albufeira já teriam contactado dois prestadores de serviços para receberem pagamentos e outros no âmbito da EDP. Manifestei-me indignado e totalmente contra a atitude da EDP e disse que no dia seguinte convocaria uma conferencia de imprensa para mostrar o meu desacordo e a minha indignação, se tal não viesse a ser alterado por parte da EDP e, pedi que o fizessem até às 17:00h desse mesmo dia. Por volta das 15:30h ligou o Sr. Eng. Carlos Lobato a dizer que o assunto tinha sido revisto e que até ao final do ano não haveria qualquer alteração sobre o encerramento do Balcão de Albufeira. Assim repôs-se o interesse dos munícipes e fez-se justiça, mantendo-se a loja a funcionar."* O Primeiro-Secretário destaca, também, o ofício do Presidente da Câmara dirigido ao Sr. Ministro da Administração Interna, Dr. Rui Pereira, relativo à Segurança em Albufeira: *"Excelência, como é do conhecimento geral, o concelho de Albufeira é o principal cartaz turístico da região do Algarve. Tal facto, de fácil comprovação pelas estatísticas publicadas, implica um cuidado extremo na criação e manutenção das condições que tendem a valorizar o bem-estar daqueles que visitam este destino. Sabemos que, cada vez mais, a crescente concorrência internacional, ou o risco decorrente da desvalorização da Libra face ao Euro, são factores que influenciam a decisão de milhares e milhares de turistas em todo o mundo. Nesse quadro, é unanimemente reconhecido que o Algarve em geral e Albufeira em particular, dispõem de um clima generalizado de segurança, o que constitui hoje em dia, e face ao panorama internacional conhecido, uma clara vantagem do ponto de vista da valorização turística. É também reconhecido que, em função da actividade turística, Albufeira é um dos concelhos que mais cresceu nos últimos anos. Trata-se de uma situação que produziu novos fenómenos sociais, relacionados com a insegurança das suas populações residentes. Na actual conjuntura de crise generalizada, percebemos que é maior a instabilidade social e que aumenta o nível de insegurança. São factos facilmente constatáveis pelos ecos dados pela comunicação social. Este conjunto de factores cria um panorama sócio-económico complexo, que prejudica objectivamente este que é o "concelho mais turístico do país". A insegurança coloca em causa a nossa imagem no exterior, o nosso poder de atracção enquanto destino turístico, mas sobretudo, o bem-estar daqueles que aqui residem e fazem a sua vida normal. Apesar deste cenário, o Município de Albufeira, através dos seus representantes autárquicos, tem mantido uma postura de serenidade e responsabilidade, contribuindo para evitar que as instituições sejam colocadas em causa e que se adoptem discursos alarmistas que não beneficiam nada nem ninguém. Não obstante, não nos demitimos das nossas funções. Estamos atentos, e lançamos um forte apelo a V. Excelência para que pondere muito seriamente as particularidades sociais e económicas do Município de Albufeira e que actue em conformidade, para bem das populações que aqui residem e dos milhares de turistas que nos visitam. O reforço de efectivo é, neste contexto, uma prioridade. Albufeira tem sido, ao longo dos tempos, um dos principais cartões de visita deste*

país. E temos, todos juntos, feito um grande esforço na dignificação deste concelho, e na criação de condições para a maturação da sua actividade económica e paz social. Saibamos todos interpretar os sinais existentes e actuar em conformidade. Mais informo V. Exa. que esta posição teve a concordância unânime do Conselho Municipal de Segurança na sua reunião tida ontem, dia 29 de Abril 09. Estamos convictos de que V. Excelência, tal como no passado, não ficará indiferente a este panorama que a todos nos deve preocupar. Albufeira, 30 de Abril de 2009". -----

De seguida o Presidente da Assembleia inicia o Período destinado aos Membros da Assembleia. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA. -----

Fernando Neves - Queria colocar uma pergunta ao Sr. Presidente da Câmara. No jornal "Avezinha" do dia dois de Abril, na publicação que o Sr. Presidente assina em relação a subsídios atribuídos pelo município. Queria colocar duas questões, a primeira é sobre o subsídio atribuído à Globalgarve - Cooperação e Desenvolvimento, S.A. com uma verba de doze mil e tal euros, dá-me a ideia de que é uma sociedade anónima, e a outra é sobre outra firma, Sá Machado e Filhos, S.A. com uma verba de quinhentos e sessenta e três mil euros. É um bocado estranho atribuir subsídios a estas empresas, mas gostaria que Sr. Presidente me esclarecesse para ficar mais elucidado. Em relação a um problema que eu comentei na última Assembleia, quero informar ao Sr. Presidente que, aquela obra junto ao farol, que o Senhor disse que não sabia que estavam a fazê-la tem o Alvará 505/07 e hoje passei por lá e estava parada, não sei se foi embargada. Já agora esclarecia-me também sobre esta situação. -----

Presidente da Câmara - Sobre a Globalgarve, nós somos sócios e veio aqui a esta Assembleia Municipal exactamente a concordância para fazermos parte desta Instituição de todo o Algarve e que tem a participação de todas as Câmaras. Este subsídio foi no contexto desse protocolo que a Câmara aprovou e que a Assembleia aceitou, para fazermos parte da Globalgarve. A questão da Sá Machado e Filhos: foi a empresa que construiu a nova escola EB2,3 e Secundária e, no âmbito do protocolo com o Ministério da Educação ficou estabelecido que a Câmara Municipal, porque o pavilhão desportivo que estava estabelecido para aquela escola era de pequenas dimensões e nós entendemos que era importante que se criassem as melhores condições para a prática de desporto e para a formação, nomeadamente serviço de escola, a Câmara assumiu, nesse protocolo, pagar uma parte do pavilhão. E esta verba que aqui está, é a verba da responsabilidade da autarquia naquele pavilhão. Em relação à cedência de terrenos, nós também participamos em cerca de metade da construção daquele pavilhão desportivo e portanto, o que está aqui é no âmbito desses dois compromissos.

Fernando Neves - Já estou esclarecido. Achei muito estranho a atribuição daqueles valores a essas empresas. -----

O Presidente da Assembleia passa ao Período da Ordem do Dia. -----

NOTA: A partir deste momento não serão transcritas integralmente as intervenções dos Membros da Assembleia devido a problema informático, em que o ficheiro da gravação está corrompido, não sendo possível ouvir as intervenções dos Ilustres

Membros da Assembleia Municipal. Por isso, serão apenas transcritas as deliberações tomadas na sessão e algumas notas de intervenções, as quais foram tomadas durante a sessão. -----

ORDEM DO DIA PONTO PRIMEIRO

Aprovação da acta da sessão de 05/11/2008; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (01) Berto Palma -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Maria Perpétua Ramos, José Sequeira, João Silva, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Hélder Sousa, José Cabrita, Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Francelina Lourenço, Fernando Neves, Francisco Oliveira, Euridice Vieira, Ricardo Silva e Fernando Gregório. -----

Ausências: uma (01) Francisco Guerreiro -----

A acta foi aprovada por maioria dos presentes -----

PONTO SEGUNDO

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do Art.53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia passa ao ponto seguinte. -----

PONTO TERCEIRO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal do Inventário do Património respeitante ao ano de 2008, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (01) Fernando Neves -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Maria Perpétua Ramos, José Sequeira, João Silva, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Hélder Sousa, José Cabrita, Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Francelina Lourenço, Francisco Oliveira, Euridice Vieira, Ricardo Silva, Fernando e Gregório Berto Palma. -----

Ausências: uma (01) Francisco Guerreiro -----

A proposta foi aprovada por maioria dos presentes -----

PONTO QUARTO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal dos documentos de Prestação de Contas do Município de 2008, incluindo a proposta de aplicação de resultados, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros. -----

Francisco Oliveira - Continua evidente a incapacidade deste executivo em cumprir o Orçamento fazendo transitar valores consideráveis para o ano seguinte, engrossando assim os valores não executados do Orçamento, com a consequência de os munícipes terem uma carga de impostos municipais elevada que depois não é aplicada. Seria mais curial que se reduzissem os impostos e a carga fiscal, evitando-se assim, que a Câmara Municipal tenha valores muito consideráveis depositados em contas bancárias, penalizando os munícipes com impostos elevados. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: cinco (05) Vítor Neto, Fernando Cabrita, Francisco Oliveira, Euridice Vieira e Ricardo Silva. -----

Abstenções: quatro (04) Ana Patrício, Francelina Lourenço, Berto Palma e Fernando Neves. -----

Votos a favor: quinze (15) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Maria Perpétua Ramos, José Sequeira, João Silva, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Hélder Sousa e José Cabrita. -----

Ausências: duas (02) Fernando Gregório e Francisco Guerreiro -----

A proposta foi aprovada por maioria dos presentes -----

PONTO QUINTO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do projecto de Regulamento para Atribuição de Subsídios de Arrendamento, nos termos da alínea a) do n.º2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros. -----

Fernando Neves - Relativamente sobre esta proposta tenho algumas considerações a fazer. Esta proposta vem na sequência de uma proposta apresentada pela CDU sobre a criação de um Gabinete de Crise, numa das últimas sessões da Assembleia e que foi rejeitada. A CDU vai fazer uma declaração de voto, que passo a apresentar: "*A CDU apresentou uma proposta na sessão de 26-02-09, para a C.M.A. criar um Gabinete de Crise. A proposta foi rejeitada pelo PSD e PS, com o argumento de que iria dar uma imagem negativa ao concelho de Albufeira. Alguns dias depois a C.M.A. anunciou uma série de medidas sociais, a favor de famílias com mais dificuldades económicas. Afinal a CDU tinha razão ao apresentar a dita proposta, pois o projecto agora em discussão,*

comprova que no concelho de Albufeira há situações sociais graves e urgentes por resolver. Assim, a CDU vai dar o seu contributo para a resolução dos mesmos, votando favoravelmente este projecto." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Maria Perpétua Ramos, José Sequeira, João Silva, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Hélder Sousa, José Cabrita, Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Francelina Lourenço, Francisco Oliveira, Euridice Vieira, Ricardo Silva, Berto Palma e Fernando Neves. -----

Ausências: duas (02) Fernando Gregório e Francisco Guerreiro -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes -----

PONTO SEXTO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 2ª revisão do Orçamento para o ano 2009, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros. -----

Francisco Oliveira - A revisão do Orçamento em sede altera a estratégia deste executivo com a qual discordamos pelo que a nossa posição é de abstenção. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: seis (06) Vítor Neto, Fernando Cabrita, Francelina Lourenço, Francisco Oliveira, Euridice Vieira e Fernando Neves -----

Votos a favor: dezassete (17) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Maria Perpétua Ramos, José Sequeira, João Silva, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Hélder Sousa, José Cabrita, Ana Patrício e Berto Palma. -----

Ausências: três (03) Ricardo Silva, Fernando Gregório e Francisco Guerreiro -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes -----

PONTO SETIMO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, a autorização para a aquisição gratuita, a favor do Município, da fracção autónoma designada pela letra "M" (loja 12), do prédio urbano sito na Avenida 25 de Abril, freguesia e concelho de Albufeira, nos termos da alínea i) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º 5º/2002, de 11 de Janeiro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros. -----

Fernando Cabrita - Quais são as intenções do doador? Qual é a finalidade concreta? --
Presidente da Câmara - O município pretende utilizar essa fracção para espaço cultural e serviços ligados ao turismo. -----

Fernando Neves - A firma pediu duas ou três alterações para fazer umas caves. -----
 Não havendo mais intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Maria Perpétua Ramos, José Sequeira, João Silva, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Hélder Sousa, José Cabrita, Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Francelina Lourenço, Francisco Oliveira, Euridice Vieira, Ricardo Silva, Berto Palma e Fernando Neves. -----

Ausências: duas (02) Fernando Gregório e Francisco Guerreiro -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes -----

PONTO OITAVO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização para a Câmara Municipal associar-se, como associado fundador, à Associação ICCE - Internacional Center For Coastal Ecohydrology (Associação Centro de Ecohidrologia Costeira), nos termos da alínea m) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros. -----

O Membro Francisco Calhau sai da sala, não irá participar na votação desta proposta por fazer parte da Universidade do Algarve. -----

Presidente da Assembleia - É uma associação que se prende com o objectivo de carácter científico. -----

Presidente da Câmara - O Algarve tem uma acção científica forte. Já estão todas as Câmara associadas, salvo a de Olhão, que será para breve. Está tudo na proposta da Câmara. -----

Miguel Mesquita - Também falta a de Vila Real. -----

Fernando Neves - Em relação a todo o processo não temos nada a opor. Em relação ao valor, acho que é um pouco exagerado. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (01) Fernando Neves -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Carlos Silva e Sousa, Maria Perpétua Ramos, José Sequeira, João Silva, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Hélder Sousa, José Cabrita, Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Francelina Lourenço, -----

Francisco Oliveira, Euridice Vieira, Ricardo Silva, Berto Palma, Fernando Gregório e Francisco Guerreiro. -----

Ausências: uma (01) Francisco Calhau, -----

A proposta foi aprovada por maioria dos presentes -----

Antes de encerrar a sessão, foi aprovada, por unanimidade dos presentes, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia. -----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Sr. Primeiro Secretário da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 22:50 horas, de que foi lavrada acta que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 04 de Maio de 2009 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

O PRIMEIRO SECRETÁRIO _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____

